

Economia - Brasil

País melhora, mas sem espaço

- 4 MAR 1996

GAZETA MERCANTIL

para decolagem

- 4 MAR 1996

Consenso de economistas gira em torno de 2 a 3%

por Maria Aparecida Damasco
e André Vieira
de São Paulo

A economia brasileira pode ter chegado ao fundo do poço. Só não se sabe quanto tempo irá demorar a volta à superfície. Os principais indicadores de nível de atividade, descontados os efeitos sazonais e as disparidades setoriais, começam a mostrar sinais tênues de estabilidade. Eles anunciam uma retomada suave para o segundo semestre, suficiente para garantir crescimento de 2% a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para o ano todo.

O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega declara-se convencido



Mailson da Nóbrega

de que "o pior já passou". O economista José Augusto Arantes Savassi, da consultoria Rosenberg & Associados, revela que está recomendando a seus clientes da área bancária a volta das negociações com "quem sobreviver até março".

O nível de atividade da indústria paulista, por exemplo, reagiu moderadamente em janeiro, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp): o crescimento dessazonalizado, no período, foi de 4%. As vendas reais do setor, também dessazonalizadas, aumentaram 8,7%. A expectativa para fevereiro é de repetição da mesma tendência.

O comportamento do comércio é parecido, embora menos favorável, a julgar pelas estatísticas de vendas do varejo na Grande São Paulo, acompanhadas pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo. (Cont. A-7)

Reação do comércio no Natal provocou recomposição de estoques
Governo controla retomada, para evitar nova pressão sobre importações
Queda de produtividade na indústria pode acelerar demissões

País melhora, mas sem espaço para decolagem

por Maria Aparecida Damasco
e André Vieira
de São Paulo
(Continuação da página A-1)

Depois de uma queda brutal, em meados do ano, o faturamento real do comércio - dessazonalizado - registrou uma pausa de estabilidade e voltou a registrar uma ligeira queda. Em janeiro, a variação nas vendas do comércio em geral foi de -2,86%. Em fevereiro, "as vendas atingiram um patamar razoável", segundo o economista Jean-Claude Silberfeld.

A política monetária, sem sombra de dúvida, está sendo a grande responsável por essa troca de sinais. O declínio lento, mas firme, dos juros e uma razoável expansão dos volumes de crédito têm permitido que a economia volte a andar, ainda que a passos lentos - assim como, no ano passado, a alta dos juros e o arrocho no crédito provocaram uma verdadeira paralisia nos negócios.

Mais cético, o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore prefere qualificar o nível de atividade como "parado" - em vez de estável. E ele não vê forças capazes de movimentá-lo, nem muito para baixo nem muito para cima.

As comparações dos indicadores do primeiro trimestre - e mesmo do primeiro semestre - com o período correspondente do ano passado ainda tendem a mascarar o quadro, porque indicam quedas espetaculares tanto no comércio como na indústria. Trata-se, contudo, de um efeito estatístico, tendo em vista que, no ano



passado, a economia brasileira viveu um primeiro trimestre de euforia no consumo, ainda embalada pelo crédito fácil.

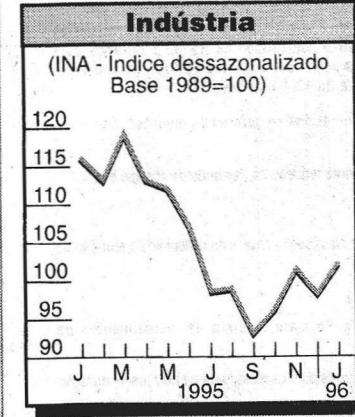
A produção industrial, por exemplo, fechou o primeiro trimestre de 1995 com uma alta de 13,7% sobre igual período do ano anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O faturamento real do varejo da Grande São Paulo, por sua vez, engordou 18,4% no mesmo período. O Produto Interno Bruto (PIB) crescia a um ritmo anualizado superior a 10%. Portanto, no confronto entre 1995 e 1996, quedas de produção ou de vendas da ordem de 10% significam, na prática, uma volta aos níveis do início de 1994.

A estabilidade dos negócios no primeiro trimestre ganha ainda mais significado quando vêm à cabeça as previsões catastróficas feitas por especialistas no final do ano passado. Os próprios integrantes da equipe econômica chegaram a advertir para um primeiro semestre de "grandes dificuldades".

O tom das análises de conjuntura econômica só se tornou menos sombrio com a contabilidade dos resultados do comércio no Natal. Não foi nenhum estouro de vendas, como havia sido o anterior, mas também não foi o desastre anunciado. Na última hora, os consumidores foram às compras - e comportaram-se com extrema selevidade, principalmente em termos de preços.

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

Sinais de estabilidade



Fonte: Focesp

Fonte: Fiesp

Esse movimento favorável de vendas provocou a desova dos estoques das lojas e supermercados - que, por sinal, haviam sido cautelosos na política de compras para as festas de final de ano - e acabou produzindo reflexos favoráveis na produção industrial nos primeiros meses do ano.

Não dá, contudo, para se falar em estabilidade e muito menos em retomada regular e generalizada da atividade econômica. O intenso processo de transformação da economia, desencadeado pela estabilização, está dramatizando as variações, tanto em termos de setores como de empresas. "Nesse sentido, os efeitos da estabilização são ainda mais devastadores que os da inflação", considera Mailson.

Há ainda, segundo Mailson, distorções consideráveis nos resultados de vendas reais, em tempos de inflação próxima de zero. Índices de preços ao consumidor fortemente influenciados por aluguéis, por exemplo, podem estar transformando aumentos em quedas de vendas, quando servem de base para deflacionar o faturamento das empresas.

Se a melhora do nível de atividade econômica já é quase um consenso entre os especialistas, o consenso é maior ainda acerca da extrema moderação desse movimento. Economistas e consultores descartam qualquer possibilidade de que esse sopro de reação ganhe fôlego neste ano. Simplesmente porque o risco de novo desequilíbrio na balança comercial - via, principalmente, uma nova corrida das importações - levaria o governo a abortar essa recuperação.

"Não há espaço para uma retomada forte de crescimento", decreta Pastore. "O governo vai continuar regulando o nível de atividade econômica para garantir um resultado satisfatório na balança comercial", argumenta o economista Antônio Lanzana, da Universidade de São Paulo (USP). Edward Amadeo, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, ressalta, por isso, a inviabilidade da meta de 4% de crescimento do PIB que vem sendo repisada pelos integrantes da equipe econômica. Segundo seus cálculos, para atingir esse número, a indústria teria de retomar o pico de produção do Plano Real, com todos os desdobramentos negativos sobre as contas externas.